



NEGÓCIOS SOCIAIS VIA “SETOR DOIS E MEIO” COMO ESTRATÉGIA DE EXPANSÃO PRIVATISTA NA EDUCAÇÃO BÁSICA DO PARÁ

Social Businesses within the “2.5 Sector” as Privatizing Expansion Strategy in Pará State Basic Education

Cassio Vale¹

Resumo: Os negócios sociais executados por meio do chamado “Setor Dois e Meio” funcionam como estratégias de expansão do setor privado ao unirem um pretense lucro e desenvolvimento social para modificar a relação entre Estado, mercado e sociedade de forma que a educação possa funcionar como mola propulsora para o êxito das ações. Nesse sentido, este artigo tem o objetivo de desvelar de que forma os negócios sociais funcionam como estratégias de expansão da racionalidade privatista na Educação Básica paraense. Por meio de pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, identificou-se que o estado do Pará promove negócios sociais por meio da educação, processo no qual a racionalidade privatista é ampliada por meio de ações como parcerias público-privadas, controle social e fomento ao empreendedorismo.

Palavras-chave: Negócios sociais. Setor Dois e Meio. Educação Básica paraense.

Abstract: Social businesses carried out by the so-called “2.5 Sector” work as expansion strategies for the private sector as they supposedly articulate both profit and social development in order to alter the relationship between state, market, and society so that education may work as a leverage to successful actions. Thus, this paper aims at revealing how social businesses have worked as expansion strategies in service of a privatizing mentality within Pará state Basic Education. Through bibliographical research of a qualitative nature, it was possible to identify that the Pará state government promotes social businesses through education in order to expand privatizing mentality through actions such as public-private partnerships, social control, and entrepreneurship incentive.

Keywords: Social businesses. 2.5 Sector. Pará state Basic Education.

1 Introdução

A educação, em seu sentido de formação humana, tem sido historicamente objeto de disputa, em especial pelos setores público e privado – representados, respectivamente, por Estado e mercado. Isso se torna evidente, sobretudo, quando nos referimos a dimensões como base formativa, currículo, políticas públicas, avaliação e todo o fluxo educativo formal que pode ser usado no mercado de trabalho com suas finalidades específicas.

Dessa forma, num cenário internacional de globalização as relações público-privadas são acentuadas com base em orientações de organismos internacionais, a exemplo do Banco

¹ Doutor em Educação pela Universidade Federal do Pará. Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas Observatório de Gestão Escolar Democrática (Observe/UFPA). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8956-4536> E-mail: cassiovale07@yahoo.com.br

Mundial, que dita o que os países em desenvolvimento como o Brasil devem seguir no que se refere à condução de suas políticas públicas. Essas imposições ocorrem para que estes países possam ser considerados aptos a promover desenvolvimento para a população dentro dos limites do sistema capitalista, tal qual o ideário fomentado desde o Consenso de Washington em 1989 e refinado ao longo dos anos, segundo o qual a educação ocupa papel de destaque nas ações de Estado e mercado (Peroni, 2015).

No caso da educação, a parceria de diversos setores sociais tem sido estimulada para melhoria da vida da população. A divisão entre esses setores identifica o Primeiro Setor como o Estado, o Segundo Setor como o mercado e o Terceiro Setor como a sociedade civil. Todos estes teriam funções e interesses distintos, de modo que o Terceiro Setor seria o mais indicado para auxiliar tanto Estado quanto mercado em suas organizações sociais (Morales, 1998). Por sua vez, Montañó (2014) destaca que o Terceiro Setor funciona como um “canto ilusório”, que desarticula mobilizações coletivas ao tentar resolver questões públicas no âmbito individual ou com o discurso de união em prol da sociedade, fazendo com que Estado e mercado deixem de ter protagonismo – isso porque haveria na sociedade civil sujeitos que também têm interesses privados, os quais podem estar mais alinhados aos ideais do Segundo Setor/mercado do que aos do Primeiro Setor/Estado.

Para Gramsci (1995, p. 10-11), a sociedade civil é “o conjunto de organismos chamados comumente de privados”, representados na contemporaneidade por pessoas individuais que possuem seus interesses e crenças próprias, e que muitas vezes tentam impor para a sociedade em geral (público/coletivo) suas visões particulares de vida de forma intencional ou não, por meio de articulações que podem vir a resultar em políticas públicas. Daí decorre a necessidade constante de defender o Estado e suas ações mediadas por diálogos democráticos informados pelos marcos representativos que conhecemos, de maneira que seja possível reivindicar melhorias gerais que não beneficiem exclusivamente a um grupo social.

Em outras palavras, com as mudanças constantes da sociedade capitalista – o que inclui tecnologias e frações de classes dentro da classe dominante, que é a burguesia –, para que essa classe dominante, por meio da racionalidade privada, continue definindo ações em nome do público, surge o chamado “Setor Dois e Meio”, que “que utiliza novas estratégias para antigas questões da relação entre Estado, mercado e sociedade por meio dos ditos negócios sociais” (Vale, 2022, p. 74). Nesse sentido, intensifica-se a denúncia de Mézáros (2011) de que o sistema capitalista se reinventa para continuar dominando nações, porque, no caso dos negócios sociais, o setor privado utiliza o elemento da filantropia para gerar lucro, o que pode ser configurado como mais uma roupagem da subsunção do público ao privado, já que os interesses particulares se sobressaem em relação aos coletivos.

Esses negócios sociais seriam, em tese, formas reinventadas de unir o lucro e o desenvolvimento social, cuja primeira experiência internacional ocorreu em 1978, por meio do professor de Economia Muhammad Yunus, que venceu o Nobel da Paz no ano de 2006. No âmbito de sua iniciativa, Yunus ajudou mulheres artesãs por meio de um empréstimo concedido a elas para quitar dívidas que consumiam quase toda a renda e o lucro das vendas, e assim sanou um problema local considerado grave. Com isso, ajudou as mulheres e teve retorno desse “investimento”, num equilíbrio entre impacto social e movimentação econômica (Yunus Social Business, [20--]).

Ao não negar o lucro nas ações sociais, este setor configura-se como estratégia de expansão da racionalidade privatista, na medida em que há o investimento em grupos vulneráveis sob a égide da filantropia, caridade ou auxílio, ao passo que se mantém a perspectiva de obtenção de vantagens, o que pode ser caracterizado como ação mercantil com

outra roupagem. No caso da Educação Básica, aqui analisada com destaque, os negócios sociais podem ser executados por meio de parcerias público-privadas, modificações curriculares, controle social e outras ações, uma vez que o setor privado passa a conduzir o bem público e obtém vantagens não só financeiras – pois deter o controle dos fluxos capazes de definir políticas também é bastante vantajoso.

Como locus de análise, focaremos nas ações no estado do Pará, que é o segundo maior do Brasil em dimensão geográfica, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). Desde o início dos anos 2000, este tem o setor privado como forte indutor de políticas educacionais junto ao poder público, a saber: o “Pacto pela Educação do Pará” (2013/2017) e o “Movimento Educa Pará: todos juntos pela garantia do direito de aprender” (2019-atual). A esse respeito, como revelam os achados de Vale e Santos (2023), bancos, filantropos e representantes do setor privado, em geral, ditam os rumos educacionais na realidade paraense a partir de parcerias público-privadas com a racionalidade do mercado tendo o próprio como destinatário, em detrimento de muitas vezes não se considerar a diversidade de público desse território, como ribeirinhos e quilombolas, que não podem ter suas rotinas escolares padronizadas.

Nesse sentido, os negócios sociais modificam parte da estrutura social a partir da utilização do elemento da filantropia para fins mercantis, o que pode envolver a educação no sentido de sistema ou de formação humana que vai além das escolas. Então, partimos da seguinte questão central: De que forma os negócios sociais funcionam como estratégias de expansão da racionalidade privatista na Educação Básica paraense? A partir deste questionamento, este artigo se ocupa de desvelar a realidade desse fenômeno na Educação Básica paraense a partir dessa perspectiva.

A pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa é a principal estratégia investigativa, sendo realizada com base em autores como Peroni (2015), que nos ajudaram a compreender como a reforma dos anos 1990 no Brasil trouxe implicações para a organização da Educação Básica com a gestão gerencial. Também dialogamos com Ilzuka, Varela e Larroudé (2015) e Vale (2022), que apresentaram bases referentes ao fenômeno do “Setor Dois e Meio” para compreendermos sua atuação em setores da sociedade como a educação.

O recorte da pesquisa corresponde ao período de 2013 a 2024, que abrange o cenário das duas maiores ações de parcerias público-privadas na educação no Pará, que são o “Pacto pela Educação do Pará” e o “Movimento Educa Pará: todos juntos pela garantia do direito de aprender”. Além disso, a análise dos três exemplos de vertente de negócios sociais na educação paraense, com sua estrutura e dinâmica próprias, decorre dos estudos de Vale e Santos (2023), Vale (2022) e Pereira (2019), autores que de formas distintas revelam como o setor privado se expande nesse nível educacional.

Além desta introdução, o artigo está dividido em duas seções. Na primeira, pontuamos brevemente um debate sobre a racionalidade privatista que permeia a Educação Básica, enquanto na segunda focalizamos os negócios sociais como nova roupagem mercantil, com consequências para a rede estadual de educação básica do Pará.

2 A expansão da racionalidade privatista na Educação Básica sob distintas formas e estratégias

Como evento importante para pensar as políticas educacionais, Peroni (2015) destaca a reforma do Estado brasileiro levada a cabo por meio do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) de 1995, durante o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002),

quando se instituiu a gestão gerencial na esfera pública, com destaque para a área social. Nesse contexto, a Educação Básica sofreu consequências em diversas dimensões, como gestão e currículo, que passaram a ser norteadas pela racionalidade mercantil via parcerias público-privadas, convênios e incorporação de modelos empresariais à rotina escolar dos sistemas de ensino e ao planejamento pedagógico.

A gestão democrática da escola pública é um princípio constitucional que foi parcialmente modificado pela gestão gerencial, aprovada em 1995 e refinada até os dias atuais pelos governos subsequentes. Isso porque a qualidade da educação – que deveria ser processual – passou a ser mensurada pelas notas obtidas nas avaliações em larga escala. Além disso, o gestor passou a ser culpabilizado pelas médias obtidas pela escola sob sua responsabilidade, o que representa uma das características do setor privado, segundo a qual o gerente assume toda a carga de trabalho da equipe, numa metáfora de máquina que faz tudo sozinha: a partir dessa racionalidade, a escola pública passou a ser projetada nas políticas educacionais.

Pela adoção da gestão gerencial, amplia-se um leque de possibilidades do setor privado que visa direcionar a educação, na medida em que, como aponta Harvey (2011), o neoliberalismo e seus valores – como a privatização – fazem parte das estratégias gerenciais representadas por parcerias público-privadas e pela redução do papel do Estado em prol do mercado. O setor privado faz sua expansão em razão de um movimento de subsunção dos princípios democráticos participativos àqueles centralizadores, que fomentam metas e desconsideram tanto a diversidade de aprendizagem quanto a realidade concreta das estruturas. Além disso, esse setor passa a controlar currículos reducionistas, alinhados com as provas avaliativas advindas dos organismos internacionais, processo que desqualifica disciplinas como Artes e Sociologia, por exemplo, que ajudam na formação humana em sua totalidade, mas cujos conteúdos não são considerados pelas provas padronizadas (Freitas, 2018).

Mais recentemente, a tecnologia vem sendo utilizada prioritariamente com finalidades estritamente mercantis. A princípio, trata-se de algo positivo, que deveria ser um instrumento de ensino e aprendizagem, mas passou a ser mais uma das formas de privatização da educação, intensificada durante a pandemia de Covid-19 (Santos, 2023). Isso porque a pandemia exigiu distanciamento social, o que fez com que plataformas, programas e *softwares* passassem a ser mediadores da educação. Mais uma vez, percebe-se que este não é um fenômeno prejudicial, porém essa transição carece de atenção devida quando incorporada às políticas públicas educacionais que se materializam na educação básica. Mesmo não sendo o foco deste texto, há que mencionar a ressalva quanto à transferência de recursos públicos para o setor privado na compra de seus produtos e/ou na forma como esses serviços estão formando professores, conduzindo a rotina pedagógica, o que leva à constatação de um avanço da lógica privatista em relação à esfera pública. Esse cenário se manifesta porque ocorrem impactos na organização das redes de ensino subordinadas a uma racionalidade mercantil, com a compra de pacotes do setor privado, a formação de professores feita pelo setor privado e a utilização de ferramentas de gestão do setor privado, que evidenciam sua expansão de diversas maneiras.

No caso da Google LLC, empresa de *software* e tecnologia conhecida em várias partes do mundo, vemos que esta já faz parte da relação direta com a educação brasileira em alguns estados por meio de acordos com secretarias de Educação. Foi o que aconteceu no Rio Grande do Sul em 2015 e no Pará em 2017, o que evidencia um crescimento da plataforma Google nas redes estaduais de ensino. “É fato que em todas as regiões brasileiras aumentou o número de estados que passaram a usar o Google nas práticas educacionais com o ensino remoto” (Adrião; Domiciano, 2020, p. 678).

Adrião e Domiciano (2020) destacam ainda que a forma como a Google atua em cada região do Brasil varia dependendo das redes disponíveis próximo às moradias, porque possuem alto custo financeiro. Assim, a forma como cada secretaria realiza o acordo resulta na quantidade e qualidade do serviço, ao mesmo tempo em que o conjunto de ferramentas gratuitas conta com um acesso desigual e limitado para cada público.

Além das aulas, a adesão aos serviços da Google prevê formação aos docentes sobre a plataforma, na própria plataforma, de modo que a capilaridade avança em várias dimensões do processo educativo, aumentando o número de pessoas “logadas” e o público-alvo sob o capitalismo da vigilância. Se precisar de outros serviços, o Google garante também! (Adrião; Domiciano, 2020, p. 679).

Nesse viés, as distintas formas de privatização da tecnologia demonstram como a expansão mercantil ocorre de maneira direta mediante a venda de determinado produto ou ainda de serviços que habilitam a utilizar o produto comprado, como ocorre no caso daqueles direcionados à educação. Com a formação dada aos professores, pode ser fomentada uma racionalidade dada pelo e para o mercado, bem como a ampliação de público, que passa a ter professores e alunos como alvo, que por sua vez podem virar clientes de outros produtos em suas residências, aumentando assim a lucratividade financeira e a hegemonia da plataforma.

Sob distintos ângulos, como a gestão, o currículo e as tecnologias, verificamos que o setor privado amplia constantemente ao longo dos anos seu poder deliberativo em relação à educação por meio de estratégias como os índices enquanto principal parâmetro de qualidade, a gestão por resultados em sobreposição à gestão dos processos educativos e um currículo que desqualifica algumas disciplinas, como Sociologia e Artes –também importantes para a formação dos alunos – para enfatizar aquelas cobradas nas avaliações em larga escala. A princípio, essas estratégias podem soar como despreziosas, mas são intencionais e se dão a partir de um projeto neoliberal que avança em sua expansão.

A Educação Básica no Brasil, sob à égide neoliberal privatista, resulta de um movimento global, cujas redes empresariais – como a do Instituto Ayrton Senna e da Plataforma Parceiros pela Amazônia (PPA), que atuam no Pará – reduzem distâncias entre si, podendo ampliar desigualdades na medida em que a oferta de serviços educacionais para essa etapa educativa não é igualitária. Por outro lado, a introdução de valores nas redes de ensino, como competição, meritocracia, autorresponsabilização pelo pretensão sucesso e seus correlatos funcionam como artimanhas para fortalecer a expansão privatista (Vale, 2022).

Entre essas artimanhas, iremos verificar a seguir os negócios sociais por meio “Setor Dois e Meio”, que é uma forma de expansão do setor privado marcada pelo discurso do impacto social que se faz presente em alguns contextos educacionais na realidade paraense.

3 Negócios sociais na Educação Básica paraense

Os negócios sociais como estratégia utilizada por empresários ou frações de empresários que se identificam como sujeitos preocupados com o lucro sem esquecer o impacto social positivo, podem parecer uma inovação, mas sua essência intensifica a correlação de forças históricas entre público e privado. Isso ocorre porque o poder deliberativo das políticas públicas, em especial as de educação, é conduzido por uma racionalidade que pode intensificar os valores mercantis na subjetividade dos sujeitos quando passam a desacreditar as ações emanadas pelo Estado, propondo, em tese, soluções para problemas educacionais que podem estar presentes em atuais formas de relacionamento entre mercado e sociedade.



Mészáros (2011) já denunciava que o sistema capitalista possui estampas distintas a depender do local em que está inserido e modifica uma dada realidade para se expandir, pois “as formas particulares de personificação do capital podem variar consideravelmente, contanto que as formas assumidas se moldem às exigências que emanam das características definidoras essenciais do sistema” (Mészáros, 2011, p. 781).

Entre essas formas de personificação do capital, o “Setor Dois e Meio” agrupa supostos novos perfis de empresários na execução de negócios sociais que julgam fazer negociações próprias do mercado/Segundo Setor. Haveria então formas mais sofisticadas e atualizadas de impacto social, antes relacionado à/ao sociedade civil/Terceiro Setor, sob um equilíbrio desses setores. Nesse contexto, as organizações sociais careciam de um melhor planejamento e aperfeiçoamento relativo à maneira como entregavam um serviço ao público de maneira a causar impactos, porém agora sem negar o lucro, o que materializa as práticas do “Setor Dois e Meio”. Em outras palavras,

O Setor 2,5 representa o rompimento do paradigma tradicional que considera excludentes os objetivos de transformação sócio-econômicos, mostrando que é possível ganhar na esfera social sem abrir mão dos ganhos financeiros. Os Negócios Sociais mudam a “regra do jogo” por dentro criando um novo formato, que permite a coexistência de negócios tradicionais com social business. Esta convergência se funda na lógica de competitividade, eficiência, time-to-market dos negócios tradicionais para resolverem os problemas mais críticos da sociedade moderna. Os Negócios Sociais revolucionam a sociedade moderna ao romper com mind-sets estabelecidos, criando um sistema capitalista mais inclusivo (Dois e Meio, [20--], p. 3, grifos do original).

Para os defensores do “Setor Dois e Meio”, novos tipos de empresário surgem com outras mentalidades mais inclusivas, agora preocupados com o meio ambiente e com formas de mudar a vida das pessoas positivamente por meio de elementos como a filantropia para obter lucro não exagerado. Portanto, posicionam-se de maneira distinta do Segundo Setor, que historicamente teve papel definidor na sociedade, de modo que se entende atualmente que “os negócios sociais devem gerar riqueza para ser reinvestida no negócio, e que os ganhos devem ser coletivos” (Ilzuka; Varela; Larroudé, 2015, p. 387-388, tradução nossa).

Em linhas gerais, os negócios sociais podem ser compreendidos como

[...] filantropia direcionada a um público específico, cujo investidor tem projeções de lucro no desenvolvimento de suas atividades, a partir de critérios pré-definidos de aplicação do seu tempo e dinheiro, em que só haverá o desenvolvimento do social se nele for possível fazer negócio (Vale, 2022, p. 81).

Segundo essa lógica do emergente “Setor Dois e Meio”, a educação pode ser utilizada como campo fecundo para sua atuação, na medida em que valores como a filantropia sofrem modificações na conceituação para atender aos seus princípios mercantis. Essa mudança pode ser considerada uma estratégia de expansão do processo privatista da Educação Básica, marcado por parcerias e ações conjuntas com redes de ensino e escolas.

No caso do Pará, por meio de três pesquisas, percebemos algumas nuances dos negócios sociais via “Setor Dois e Meio” na conformação de políticas públicas educacionais, em razão de o setor privado conduzir processos, definir e avaliar padrões e ampliar seu poder deliberativo,

uma vez que seria lucrativo investir em educação junto ao Estado ou em sobreposição, criando outras formas de fazer política.

Como parte do corpo de pesquisas a esse respeito, Vale (2022) analisou o caso da (PPA), incluída diretamente no “Setor Dois e Meio”, projetada pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). A agência reúne diversos empresários de ramos distintos, articulados sob a forma de rede para executar negócios de impacto na Amazônia brasileira, que abrange nove estados (entre eles, o Pará), com a finalidade de investir em pequenos empreendedores locais, fornecendo ajuda técnica e financeira. Com isso, busca modificar a realidade da região, valorizando estratégias mercantis de autorresponsabilização e busca individual pelo sucesso por meio do empreendedorismo.

No primeiro caso analisado neste artigo, o autor destaca ainda que esse investimento dito social causa modificações na cultura local sem definir padrões reais, em momentos nos quais nem todos possuem condições reais de serem empreendedores e modificarem suas realidades econômicas a longo prazo. O contraponto anedótico seria, por exemplo, um concurso público, que permite maior segurança para planejar uma vida mais digna dentro dos limites do sistema capitalista. Além disso, crianças e jovens podem ser induzidos a não ver vantagens na continuidade dos estudos por meio da escola em razão da forma como o empreendedorismo modificaria sua realidade a partir de ideias que podem ser comercializadas e gerar lucro.

Nesse emaranhado de relações sociais, novos sujeitos surgem para viabilizar um dito novo projeto de sociedade, marcado por antigas estratégias, como a desresponsabilização do Estado, um dos ideais do neoliberalismo, e a subsunção da política pública à racionalidade empresarial. Esta última se fortalece por meio da globalização empresarial, que estimula o culto ao dinheiro e ao consumo como valores a serem conquistados pelas pessoas. Com isso, tem-se um novo estágio em que a população incorpora os valores do mercado – a exemplo da meritocracia – como parte de suas vidas, o que dificulta um diálogo global de contraponto à essa racionalidade, enquanto os debates locais já não são suficientes no campo das políticas internacionais (Vale, 2022, p.175).

As estratégias empresariais por meios dos negócios sociais e a filantropia a serviço do mercado no “Setor Dois e Meio” fomentam novos relacionamentos entre Estado, Mercado e Sociedade na modificação da forma de fazer política pública, que sai do âmbito coletivo e passa para o individual, que por sua vez se materializa dentro de redes que conectam empresários filantropos de várias partes do mundo e induz novos modos de vida em sociedade. Tudo isso reverbera conhecidos valores empresariais, como a competição entre as pessoas e uma corrida desenfreada pelo dito sucesso, em que somente os melhores, aqueles que se esforçarem muito, conseguirão progredir economicamente, segundo o discurso oficial.

Vale (2022) destaca que o “Setor Dois e Meio”, como nova estampa do sistema capitalista, atua por meio da educação para fortalecer a racionalidade do mercado tanto na educação formal quanto por meio da educação no sentido de formação humana, que se aprende no cotidiano e nas relações com os outros. Nesse cenário, o individualismo se fortalece, as horas excessivas de trabalho em busca de mais dinheiro são naturalizadas e as instituições públicas, como as escolas básicas, são enfraquecidas com os discursos de que são incompetentes e não representam os interesses atuais dos alunos, ao passo que se apregoa uma defesa de que o mercado por si só tem condições de possibilitar mudanças de vida para as pessoas via ações como o empreendedorismo. Mais uma vez, esses elementos modificam a subjetividade das

peças e fortalecem o sistema capitalista que constantemente está “operando decisivamente na formação de ‘mentes’ e ‘corações’, em escala global” (Ianni, 1999, p. 17).

Já no segundo caso, Pereira (2019) analisou como ocorreu o controle social sobre a gestão pública da educação municipal, por meio da análise de um organismo privado pertencente à rede Observatório Social do Brasil (OSB), que aponta para uma desresponsabilização do poder público em benefício do ente privado, a qual se deu sob a justificativa de democratizar a participação social quando o controle se limitou aos gastos públicos.

Embora a autora não tenha se dedicado a estudar negócios sociais por meio do OBS, é possível fazer alusões a essa relação em razão de o setor privado se utilizar de um dos instrumentos da Educação Básica, que é o controle social para se instalar na região amazônica sob o pretexto de “fazer o bem” e causar impactos positivos locais. Agindo dessa forma, também passa a direcionar o que é controle social, legitimando-o sob uma ótica neoliberal de eficácia, desconsiderando elementos mais abrangentes que envolvem os aspectos cultural e o político da região. Além disso, modifica-se a realidade ao representar associações como a de comerciantes junto ao governo local, promovendo uma forma de fazer política disfarçada sob o discurso de ajuda, o que poderia ser enquadrado no “Setor Dois e Meio” ([20--]).

O terceiro exemplo de negócios sociais que pode representar um retrocesso para os aspectos democráticos e o avanço da racionalidade empresarial foi o caso do “Pacto pela Educação do Pará”, que esteve em vigor de 2013 a 2017. Este consistiu-se como um esforço coletivo do governo estadual via parcerias público-privadas para elevar os resultados dos alunos por meio do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Nessa iniciativa, diversos setores – o que incluía empresas privadas – realizavam ações em parcerias com as escolas paraenses, bem como recebiam o “Selo de Amiga do Pacto”, o qual trairia possíveis benefícios para sua imagem comercial, ao passo que não havia controle por parte do poder público sobre os resultados dessas ações, que à época foram parte do maior programa educacional do Pará (Vale; Santos, 2023). Nesse último ano, também houve a parceria da Google com a rede estadual de educação, como destacaram Adrião e Domiciano (2020), o que revela como a iniciativa privada possuía caminho aberto para executar seus negócios por meio da educação no Pará.

Concordamos com Adrião (2023) quando destaca que a privatização da educação ocorre de diversas formas, via parcerias público-privadas, convênios, transferência de dimensões da política educativa para sujeitos e organizações privadas “e outras formas decorrentes da desregulamentação da ação do Estado” (Adrião, 2023, p. 14).

Os negócios sociais fazem parte de uma disputa não somente entre público e privado, mas de frações da burguesia dentro do setor privado, que precisam se refinar nos termos e sujeitos para continuar dominando culturas e lugares. Nesse sentido, é necessário um diálogo permanente em nível global sobre as consequências do neoliberalismo para a escola pública, como aponta Laval (2019). Isso porque, além de defender permanentemente o setor público contra os ataques de grupos privados que alteram seus sujeitos e estratégias sob formas de redes, termos e estruturas, “é preciso lutar contra as dinâmicas desigualitárias que destroem as bases mesmas da escola pública” (Laval, 2019, p. 14).



4 Considerações finais

Como forma reinventada de atuação do setor privado na educação, os negócios sociais via “Setor Dois e Meio” funcionam como uma das atuais estampas do sistema capitalista, fazendo uso de elementos como filantropia, caridade e impacto social para ampliar seu poder deliberativo, modificar realidades locais, interferir em políticas públicas e obter lucro, o que é sua finalidade maior. Ao não negar os valores do mercado, os novos filantropos apenas modificam seus discursos para que possam ser aceitos em diversos espaços; trata-se de um contexto no qual multimilionários ou bilionários são os expoentes desse setor emergente, não tendo, em tese, interesse em ganhar valores exorbitantes por já possuírem fortunas. Ainda assim, ao investirem em negócios sociais, abrem espaço para que a racionalidade empresarial seja fortalecida em âmbito global.

No caso do Pará, que foi o lócus analisado, os negócios sociais na educação puderam ser identificados por meio da educação para o empreendedorismo, que acentua processos de individualismo exacerbado. Foi visto também o controle social feito por grupos privados que ampliam seu poder sobre a gestão da educação com a justificativa de auxiliar o poder público local. Em meio a isso, as parcerias ainda representam uma das maiores formas diretas de a racionalidade privada atuar em áreas com as quais o Estado tem obrigação, otimizando negócios via lucro direto e fomentando uma expansão que a longo prazo gera outros benefícios.

Entendemos que os negócios sociais podem representar retrocessos para a Educação Básica brasileira e em especial para a educação paraense, na medida em que há a subsunção do público ao privado por meio de valores como a defesa e naturalização da meritocracia, mesmo que a realidade indique que nem todos possuem as mesmas condições reais para alcançar seus objetivos. Dessa forma, sujeitos individuais ou organizados em redes continuam dominando territórios como a Amazônia, onde definem quer a organização das escolas, quer o papel de professores e alunos diante de demandas que surgem a partir de parâmetros mercantis, os quais por sua vez estabelecem que tudo pode ser negociado por meio da racionalidade privatista.

Esse cenário aponta para a maneira como a escola pública passa por mais um momento turbulento de resistência como espaço de referência democrática e inclusiva em todas as suas dimensões sociais, porque, além de promover o ensino sistematizado, precisa combater a disseminação de uma perspectiva de vida alicerçada em processos de naturalização da exploração do tempo de vida, que preconiza um sucesso exclusivamente obtido por essa via e se baseia tão somente em discursos empresariais que almejam expandir seu modo de produção por meio da própria educação.

Desse modo, o movimento contra-hegemônico das escolas da Educação Básica no Pará em relação à disseminação dos negócios sociais deve se basear na defesa permanente da educação pública de qualidade ofertada pelo Estado, com formação de professores realizada por profissionais da própria rede ou em parceria com Universidades públicas que contam com o quadro teórico capacitado para essa finalidade. Deve-se também rejeitar permanentemente a ideia de desqualificar a coisa pública, porque nesse caminho o setor privado passa a atuar junto ao Estado na definição de políticas públicas que se materializam na escola básica desde os anos 1990. Assim, como facetas atuais da privatização da educação, expandem-se os ditos negócios sociais, cujos representantes, filantropos empresários, utilizam elementos da filantropia em nome do bem público para continuar inserindo na sociedade as bases neoliberais de competição desenfreada, meritocracia e autorresponsabilização dos sujeitos pelo seu próprio sucesso, na medida em que fortalecem um tipo de fazer política advindo do mercado.



Referências

ADRIÃO, Theresa. Prefácio *In*: VALE, Cassio; SANTOS, Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos (org.). **Do público “público” ao público “privado” na educação**. Curitiba: Editora CRV, 2023. p. 13-15.

ADRIÃO, Theresa; DOMICIANO, Cassia Alessandra. Novas formas de privatização da gestão educacional no Brasil: as corporações e o uso das plataformas digitais. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 14, n. 30, p. 670-687, set./dez. 2020. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1223>. Acesso em 02 fev. 2024.

DOIS E MEIO. **Setor 2,5**: o filme. [S. l.]: Dois e Meio; Talk Filmes, [20--].

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

IANNI, Octávio. O príncipe eletrônico. **Perspectivas**, São Paulo, v. 22, p. 11-29, 1999. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/2079>. Acesso em: 18 abr. 2024.

HARVEY, David. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. Boitempo: São Paulo, 2011.

ILZUKA, Edson Sadao; VARELA, Carmen Augusta; LARROUDÉ, Elisa Rodrigues Alves. Social business dilemmas in Brazil: Rede Asta case. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 55, n. 4, p. 385-396, jul./ago. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/4Gc4pWKDDjPdgLxXynMNckF/>. Acesso em 10 abr. 2024.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo. 2019.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

MONTAÑO, Carlos E. **O canto da sereia**: crítica à ideologia e aos projetos do “Terceiro Setor”. São Paulo: Cortez, 2014.

MORALES, Carlos Antonio. Nem privado nem estatal: em busca de uma nova estratégia para a provisão de serviços públicos. **Revista do Serviço Público**, Brasília, ano 49, n. 4, p. 115-147, out./dez. 1998. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/402/409>. Acesso em 15 abr. 2024.

PEREIRA, Maria do Socorro Vasconcelos. **O controle social do observatório social de Abaetetuba/PA na gestão pública da educação municipal**. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2019. Disponível em: <https://ppgedufpa.com.br/arquivos/File/mariadosocorro.pdf>. Acesso em 18 abr. 2024.

